

Mandato de Sarney abre o debate

Teresa Cardoso

Brasília — Cresce no Poder Legislativo a idéia de que antes de examinar em profundidade qualquer outro assunto, a Assembléia Nacional Constituinte deve estabelecer o tamanho do mandato do presidente Sarney e o regime de governo que vai sucedê-lo. “Infelizmente, essa é a única forma de se poder trabalhar em paz. Do contrário, com candidatos à sucessão presidencial já em plena campanha, nenhum outro tema merecerá um estudo tranqüilo”, diz, por exemplo, o senador Passos Porto (PMDB-SE), apoiado por deputados como José Queirós (PFL-SE) e Acival Gomes (PMDB-SE), recentemente eleitos.

Passos Porto considera “uma vergonha” a Constituinte já começar seus trabalhos na redação de disposições transitórias sobre a sucessão do presidente Sarney, mas não vê outra saída. “Seguramente, a Constituinte vai estipular nessas disposições transitórias a extensão do mandato do presidente e no texto geral dizer qual o novo regime que vai vigorar no país”, prevê o parlamentar, que não conseguiu se eleger vice-governador de Sergipe, mas decidiu ficar morando em Brasília para acompanhar o trabalho da Constituinte.

Mas não só Passos Porto teme pelo estrangulamento dos trabalhos da Constituinte em temas nevralgicos. O deputado Aloysio Teixeira (PMDB-RJ) está convencido de que a Constituinte vai ser prejudicada pela discussão da forma de governo. Ele próprio já está empenhado em liderar um movimento em favor do parlamentarismo, sistema que considera mais adequado à democracia. “Tenho certeza de que a grande maioria dos constituintes é parlamentarista e, portanto, não vai ser difícil fazer vitoriosa essa idéia”, afirma.

“Até se estabelecer o mandato de Sarney e a data de uma nova eleição presidencial, não se discute nada nessa Constituinte”, previne Passos Porto, com a experiência de quem acompanhou atentamente os trabalhos constitucionais de 1946. Ele se apóia em indícios fortes, entre eles o de que a extensão do mandato do presidente Sarney vai ser negociada por presidentiáveis. De fato, lançado candidato à sucessão presidencial, semana passada, pelo prefeito Jânio Quadros, o governador Orestes Quércia é contra um mandato muito longo para o presidente. E embora não sendo constituinte, ninguém pode negar o poder de influência que ele detém sobre a bancada de 28 deputados que o PMDB paulista acaba de eleger.

Com o líder pedetista Leonel Brizola acontece o mesmo. Embora também não sendo constituinte, ela já está plenamente dedicado à tarefa de convencer os políticos de que o presidente Sarney não deve ficar mais que quatro anos no governo. E ninguém pode ter a ilusão de que não vá se empenhar contra a adoção do sistema parlamentarista no Brasil. O governador está convencido de que a alternativa não passa de uma estratégia para afastá-lo da Presidência da República.

O senador José Richa (PMDB-PR), que também saiu do Paraná para ajudar candidatos do PMDB em outros estados, foi sempre anunciado como aspirante à sucessão presidencial e jamais negou isso com muita veemência. Tanto quanto Ulysses Guimarães, Richa poderá ser um dos presidentiáveis que mais contribuirão para colocar a questão “mandato presidencial” como o tema mais nervoso da Constituinte. “Infelizmente, fatos concretos como a sucessão presidencial poderão estar mais presentes na Constituinte do que temas fundamentais, como o direito de propriedade e a questão fundiária”, lastima o deputado João Gilberto (PMDB-RS), que também não conseguiu se eleger senador, mas decidiu ficar morando em Brasília para acompanhar a Constituinte.